

## **OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A LIBERDADE DE IMPRENSA.** Sarah Loureiro, Sérgio Roxo da Fonseca. – Direito – Direito – Departamento de Direito Privado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

A manifestação de pensamento figura em nossa Lei Maior como um direito fundamental, assegurado pelo artigo 5º, em seu inciso IV: “é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato”. O inciso V do mesmo artigo estabelece as consequências do abuso desse direito: “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”.

A liberdade de expressão também figura como direito fundamental na Convenção Européia de Direitos Humanos (artigo 10º) e na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), que passou a vigorar no Brasil por força do Decreto 678, de 06 de novembro de 1992 (artigos 13 e 14).

A imprensa exerce uma elevada função social, sendo responsável pela informação e integração de toda a população nacional e mundial, e considerada, por muitos, o quarto poder da idade contemporânea. É um meio de protesto, garantia de direitos e democratização social, e um poderoso órgão doutrinador, formador de opinião, uma vez que, com o avanço tecnológico, a comunicação tornou-se muito mais rápida e eficiente, atingindo praticamente toda a população mundial, independente de classe social, nacionalidade, etnia, sexo, idade. Contudo, a ausência de uma reflexão mais sistemática acerca da liberdade de expressão e comunicação acabou por gerar uma jurisprudência vacilante incerta.

As necessidades de informação e comunicação são inerentes à condição humana. Aluizio Ferreira argumenta: “a necessidade de informação é a mais básica das necessidades humanas, constituindo-se um direito a ela num direito fundamentalíssimo, porquanto pressuposto de todos os demais. Deter informação é questão de sobrevivência tanto individual (física, emocional e psíquica) quanto social e política.” E para isso, é indispensável uma imprensa livre, forte, independente e imparcial, como a exigida num Estado Democrático de Direito.

O poder que os meios de comunicação dispõem de interferir em toda uma sociedade, tanto em sua cultura como em seu comportamento, consciência e opinião, é incomensurável, e se traduz tanto em transformação positiva das realidades de convivência humana, quanto em potencial lesivo de enormes proporções. A agressão gerada por um abuso dos meios de comunicação pode atingir bens praticamente inatingíveis por qualquer outro meio, como por exemplo o patrimônio cultural e moral de uma nação.

A jornalista Miriam Leitão, em artigo publicado no jornal O Globo, exemplifica a questão: “Temos o poder de destruir biografias. Por isso, os cuidados têm que ser extremos.”

Quando tais cuidados não partem dos próprios profissionais da imprensa, há o risco de haver infrações a direitos fundamentais – ou “fundamentantes” – de todo e qualquer Estado de Direito. Infrações a direitos pessoais, da personalidade, constitucionalmente protegidos pelo inciso V do artigo 5º da nossa Carta Magna: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. São esses direitos da personalidade que, segundo o artigo 11 do Código Civil de 2002, são “intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”.

Os direitos da personalidade são o fundamento natural de existência e liberdade, pela necessidade da preservação e resguardo da integridade física, psíquica e moral. São direitos subjetivos “excludent alios”, ou seja, são exigíveis de um comportamento negativo de todos. São a medula da personalidade humana, essenciais e inerentes ao homem; concedidos pela própria natureza, e o Direito só fez protegê-los e garanti-los.

Segundo Maria Helena Diniz, os direitos da personalidade são originários (ou inatos), uma vez que são adquiridos pelo simples nascimento; privados (correspondem aos indivíduos como simples seres humanos); absolutos ou de exclusão, pois têm oponibilidade “erga omnes”; extrapatrimoniais, já que não são suscetíveis de avaliação pecuniária (embora quando desrespeitados possam se traduzir em dinheiro para a respectiva reparação); irrenunciáveis; imprescritíveis e intransferíveis (são inseparáveis da pessoa). Na prática eles são disponíveis mediante remuneração convencional, mas sempre na exata medida e nos limites ditados pela vontade do titular.

O direito à informação não é apenas um direito, e sim um direito-dever, tendo em vista a obrigação de prestar informações corretamente, sem acréscimos ou excessos, sendo vedado o confronto com direitos personalíssimos.

A responsabilidade subjetiva (que é aquela atribuída aos profissionais da imprensa) exige, por parte de quem pretende a indenização, prova do dolo ou culpa daquele que vai indenizar. Porém, em muitos casos, é cabível indenização independente do dolo ou culpa. Segundo Rui Stoco, a responsabilidade civil dos meios de comunicação não é do tipo objetiva, mas a intenção do agente é desimportante. Basta que tenha agido de forma imprudente, negligente ou imperita, e que haja causalidade entre a informação ou divulgação e o dano experimentado. O projeto da nova Lei de Imprensa já prevê a responsabilidade objetiva, em seu artigo 5º.

O ressarcimento do dano moral tem por objetivo a tentativa de neutralizar – ou ao menos amenizar – os sentimentos negativos do ofendido (como mágoa, angústia, dor), através da superveniência de sensações positivas (de alegria, satisfação), geradas pela indenização.

A ofensa à honra por meio da imprensa gera uma repercussão extremamente mais grave perante a sociedade, devido à maior divulgação. O dano moral então, nesses casos, é agravado, e também presumido, independente de ação penal.

A censura prévia, que é o ato de controlar a atividade da imprensa (examinar e permitir ou não a exibição ou publicação de artigos, reportagens, programas, editoriais, livros, enfim, de todo o trabalho divulgado e/ou produzido pelos meios de comunicação) é inviável e impensável num Estado Democrático de Direito. No Brasil ela é proibida pela Constituição Federal de 1988, na medida em que a liberdade de expressão figura entre os direitos e garantias fundamentais, e também expressamente pelo artigo 220 caput (“a manifestação de pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”) e parágrafo 1º (“nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no artigo 5º IV, V, X, XIII e XIV.”)

O ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça, em crítica ao que ele chama de “indústria do dano moral”, diz: “O dano moral não se destina a ser, conforme temos visto em algumas situações, um instrumento de enriquecimento ilícito da parte ofendida. Ele é um instituto que se destina a penalizar a credibilidade. Porque esse é o principal patrimônio do profissional, notadamente na área da informação”.

Sempre que for possível, o profissional da imprensa deve conciliar o interesse geral com individual (como, por exemplo, descrever os fatos sem revelar os protagonistas). Contudo, quando isso não for possível, é indispensável sopesar o grau de utilidade geral da informação com o sofrimento da pessoa a quem a informação concerne e, em seguida, aferir se a utilidade é tal que justifique a imposição desse sofrimento.

O julgamento de tais conflitos deve sempre ser feito em cima do caso concreto, tendo em vista o interesse da sociedade como um todo, o princípio da proporcionalidade e o fato de que não há direito absoluto, não podendo haver interpretação de nenhum dispositivo constitucional de forma isolada.

Segundo Leandro Konder, a revelação de verdades sobre a vida privada capazes de gerar transtornos só se justifica se isso for essencial para entender um fenômeno histórico. Caso contrário, se torna um artifício sensacionalista, o que é eticamente condenável e politicamente perigoso.

Concluimos, assim, que a real utilidade da informação deve ser o parâmetro para legitimá-la e justificar o desvelamento de aspectos da intimidade de alguém, sendo aí então necessária a agressão a tal direito personalíssimo, visando o atendimento do interesse coletivo, em detrimento do individual. Todavia, tal fato não excluiria a possibilidade da ocorrência de um importante instrumento de defesa e retratação dos direitos da personalidade, principalmente da honra e da imagem: o direito de resposta – a retratação, a errata. Mas não como hodiernamente é utilizada, e sim como disciplina a Constituição Federal de 1988 (“proporcional ao agravo”), ou seja, com o mesmo grau de importância da notícia que gerou a agressão.

Para a realização do presente trabalho foram utilizados os métodos dialético, pelo qual são postos em oposição os componentes contraditórios, em conflito, do objeto de estudo, para que haja a produção de conhecimento; e hipotético-dedutivo, pelo qual são admitidas premissas cuja veracidade e eficácia serão julgadas posteriormente. A pesquisa bibliográfica teve como fontes a Biblioteca da

Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca – da Universidade Estadual Paulista; a internet e também jurisprudências.

### **Referências Bibliográficas:**

CALDAS, Pedro Frederico. **Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral**. São Paulo: Saraiva, 1997.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

COSTELLA, Antônio. **Direito da comunicação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. 19.ed. rev. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2002. v.1.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, decisão, dominação**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Aluizio. **Direito à informação, direito à comunicação: direitos fundamentais na Constituição brasileira**. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEYSER, Maria Fátima V. R. **Direito à liberdade de imprensa**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

PEREIRA, Guilherme Döring Cunha. **Liberdade e responsabilidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 17.ed. atual. com a Reforma do Judiciário (EC 45/04). São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Edson Ferreira da. **Direito à intimidade**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil: responsabilidade civil e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial**. 5.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003. v.1.